

O negro e a marginalização social: uma aproximação teórica entre a intelectualidade negra, a teoria decolonial e o marxismo.

Henrique da Rosa Müller¹

202

Resumo

Através de uma abordagem histórico-sociológica, busquei propor uma articulação entre a produção científica negra, a teoria decolonial e a teoria marxista, tendo como objetivo analisar a marginalização e o preconceito desenvolvidos pelas diferentes estratégias e projetos de Estado na história do Brasil, desde a escravidão negra ao capitalismo global contemporâneo. Este ensaio teórico não encerra as diversas discussões em torno dos debates étnico-raciais, abertos no contemporâneo da produção científica. Ao contrário, torna-se uma contribuição ensaística na tentativa de evidenciar as múltiplas relações desenvolvidas pelo preconceito e a luta de classes observada na realidade social brasileira.

Palavras-chave: Racismo; Raça e classes; relações raciais brasileiras.

Resumen

A través de un abordaje histórico-sociológico, busqué proponer una articulación entre la producción científica negra, la teoría decolonial y la teoría marxista. Con el objetivo de analizar la marginalización y el preconceito desarrollados por diferentes estrategias y proyectos de Estado en la historia de Brasil, desde la esclavitud negra hasta el capitalismo global contemporáneo. Este ensayo teórico no encierra las diversas discusiones en torno a los debates étnico-raciales abiertos en la producción científica contemporánea. Por el contrario, se convierte en un aporte ensayístico en un intento de evidenciar las múltiples relaciones desarrolladas por el preconceito y la lucha de clases observada en la realidad social brasileña.

Palabras clave: Racismo; Raza y clases; Relaciones raciales brasileñas.

Abstract

Through a historical-sociological approach, I sought to propose an articulation between black scientific production, decolonial theory and Marxist theory. Aiming to analyze the marginalization and prejudice developed by different State strategies and projects in the history of Brazil, from black slavery to contemporary global capitalism. This theoretical essay does not cover the various discussions surrounding the ethnic-racial debates, opened in contemporary scientific production. On the contrary, it becomes an essayistic contribution in an attempt to highlight the multiple relationships developed by prejudice and the class struggle observed in the Brazilian social reality.

Keywords: Racism; Race and classes; Brazilian race relations.

¹ Formado em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). | henriquemuller93@gmail.com



Introdução

O artigo apresentado para esse dossiê consiste em um ensaio teórico², que busca a articulação de diferentes tendências teóricas, estas que, de forma geral, são organizadas distanciadas uma da outra, mesmo possuindo em seu núcleo analítico uma interpretação bem próxima, quando destacada a questão racial articulada às expressões políticas, econômicas, sociais e históricas. Para tal aproximação, analisarei os principais eventos históricos-sociais que remontam o desenvolvimento das estratégias racializadas do estado capitalista ou colonial, que interpelaram as condições sociais dos negros e negras na realidade brasileira.

Entendendo que a situação social em que se encontra a grande maioria da população negra brasileira hoje (o grande abismo das desigualdades, a condição de informalidade e desemprego, o genocídio pensado nas periferias das cidades, o encarceramento em massa, os cercamentos sociais, a estratégia do imobilismo social), está intimamente ligada ao desenvolvimento histórico do capitalismo mundial e brasileiro, principalmente quando associados aos projetos orquestrados no continente americano, analisarei as principais contribuições e articulações teóricas de alguns intelectuais.

Neste ensaio, apresento três propostas. A primeira diz respeito às contribuições dos intelectuais negros, associados aos movimentos raciais de seu tempo: Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Silvio Almeida. Não é possível analisá-los de forma homogênea já que, além dos diferentes períodos históricos a qual cada autor escreve, possuem trajetórias diferentes entre si. O foco, portanto, quando associamos à intelectualidade negra, serão as principais contribuições que se articulam e potencializam com a proposta de análise deste artigo, destacado na interpretação geral do desenvolvimento histórico-social dos ordenamentos racializados da sociedade brasileira.

O segundo campo de conhecimento de que trata este ensaio teórico levantará as principais contribuições do marxismo frente à questão racial no Brasil, sendo este o primeiro setor científico que expõe de forma crítica as mazelas do colonialismo e os principais interesses econômicos mercantis,

²Concebido como um estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente, consistindo, portanto, em uma exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal (SEVERINO, 2013).



associados a conceitos como *acumulação primitiva de capital*, *mercadoria*, *teoria da dependência* e a articulação de raça, classe e desigualdades, além de possibilitar a articulação do conceito de *racismo estrutural*, com as estruturas constitutivas dos ordenamentos capitalistas. Foi a partir dos subsídios teóricos de autores associados a essa tendência que surgiram as primeiras críticas ao mito da *democracia racial*, dentro e fora da sociologia brasileira. Assim sendo, analisaremos a partir de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Clóvis Moura e Silvio Almeida, as bases epistemológicas construídas através das lentes do marxismo, bem como suas contribuições sociológicas das tensões raciais brasileiras³.

O terceiro e último campo sociológico ao qual dedicaremos análise será a contribuição teórica dos estudos decoloniais, construídos no final dos anos 1990 por diversos intelectuais latino-americanos e caribenhos, em uma articulação político-intelectual com o objetivo de alicerçar um novo campo de análises frente às problemáticas do *Sul Global*. O "giro decolonial" abriga no seu interior diferentes perspectivas sociológicas, mas que possuem um núcleo comum: a análise das marcas histórico-sociais construídas a partir da dominação europeia sob a América Latina, do preconceito racial introduzido pela colonização de povos nativos e africanos e da consolidação patriarcal na estrutura social. Utilizo, neste ensaio, autores que articulam em seu escopo teórico uma análise coerente da realidade social, que não utilizaram de negações simples sobre a vastidão interpretativa e teórica constituída no campo sociológico, e que se aproximam dos argumentos sustentados neste artigo: Aníbal Quijano, Edgardo Lander, e Fernando Coronil.

Entendo que, em alguma medida, essas diferentes lentes teóricas contribuirão para uma análise metodológica-científica mais contundente dos diagnósticos vivos da realidade racial Brasileira.

³ Faz-se necessário afirmar a não inclusão das contribuições de Caio Prado neste campo de análise, já que acredito que sua principal obra, um clássico da sociologia moderna brasileiro, acaba por reproduzir os limites históricos e racializados do debate étnico racial, além de reforçar uma ideia de *modernidade encantada* (FARIAS, 2019), observado nos clássicos sociológicos deste período, onde harmoniza a complexa realidade racial brasileira dentro do mito integrador da constituição dos povos brasileiros.



Acumulação de capital, expansão do colonialismo e o ideal da inferioridade

Uma das principais bases do estabelecimento do colonialismo na América Latina foi a busca por um novo modelo econômico desenvolvido a partir do século XV, que conectou a Europa ao Sul Global, expandido a sua potência máxima até o século XVIII: o sistema de trocas mercantis. Esse modelo econômico global foi um importante movimento constituído depois do sistema feudal, a partir da centralização de poder da Monarquia Absolutista, que financiou as chamadas Grandes Navegações. Neste cenário, pode ser visto o surgimento de uma nova classe social (a burguesia) e o declínio do ordenamento aristocrático feudal.

Karl Marx em 1867 foi o primeiro intelectual a analisar esse processo do ponto de vista crítico, denominando-o *acumulação primitiva de capital*. A introdução deste novo circuito de trocas mercantis alimentava o mercado interno europeu e espoliava ao máximo as nascentes colônias. Marx no livro *O capital* ([1867]1984), introduz sua análise sobre esse período.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1984, p.285).

O sistema de trocas mercantis inaugurado pelas grandes navegações marca o início do processo de constituição do capitalismo comercial e cria as condições estruturais para o desenvolvimento do capitalismo moderno (IANNI, 1998). As colônias do novo mundo possibilitaram a intensa acumulação de capital dos países metropolitanos, em particular a Inglaterra.

Com os saltos econômicos proporcionados pela acumulação primitiva de capital, surge um elemento paradoxal: esse movimento de acumulação criava na Inglaterra as condições estruturais e econômicas necessárias para a formação do capitalismo industrial e o surgimento do trabalho assalariado e livre, ao passo que, aplicava às colônias o modelo de trabalho escravocrata (IANNI, 1988). Tal acumulação de capital internacional possibilitou, portanto, através dos mecanismos mais coercitivos, do controle



da mente e dos corpos de sujeitos - estes que eram despidos de sua humanidade, transformados em ferramentas de trabalho, descartáveis e utilizados até a morte - o estabelecimento de um novo ordenamento social. "O racismo, certamente não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista" (ALMEIDA, 2018, p.135). Com esse processo levanta-se de um lado do globo, o operário europeu e o burguês dono dos meios de produção (Indústrias, navios cargueiros), e do outro, o escravo e seu senhor, dono dos meios de produção (campos, latifúndios e engenhos).

A teoria Decolonial, a partir de Fernando Coronil, também absorve as teses marxistas na compreensão da formação colonial na América Latina, já que quando o autor tenta buscar o germe da expansão capitalista em sua fase final - o globalismo neoliberal - este chega na acumulação primitiva de capital como principal coeficiente deste processo.

Em vez de vê-lo como um fenômeno europeu autogerado (capitalismo) que se difunde ao resto do mundo[...] a modernidade capitalista aparece como o resultado desde seus primórdios de transações transcontinentais cujo caráter verdadeiramente global só começou com a conquista e colonização das Américas.[...] A "acumulação primitiva" colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável de sua dinâmica interna (CORONIL, 2005, p. 52).

Destaquemos, deste modo, que toda consolidação e exploração do novo mundo foi constituída basilamente pela ânsia de acumulação de capital. A importação de escravos africanos e o massacre das populações nativas foram os elementos centrais do advento do capitalismo contemporâneo. Os vultosos lucros obtidos com o comércio de escravos, ajudaram no estabelecimento do modelo econômico adotado pelas metrópoles dominantes. Desta forma, a economia do novo mundo está atada às normativas constituídas desde o mercantilismo do século XV, até o cotidiano capitalista contemporâneo do século XXI (IANNI, 1988).

Após os séculos de exploração das Américas, dentro do modelo escravocrata, abrem-se novas condições necessárias para o desenvolvimento ampliado do capital, pois, após o estabelecimento em âmbito mundial de controle, torna-se difícil a continuidade do modelo escravista. Do mesmo



modo, com a chegada a um novo dinamismo, o capital industrial e produtivo, a escravidão tornou-se uma contradição interna dentro do próprio modelo constituído pelas metrópoles capitalistas. A nova demanda industrial de compra e venda de mercadorias colocava na ordem do dia a necessária mudança das formas de trabalho atribuídas nas colônias da América: a mercadoria precisava ser realizada em sua completude, agora, dentro do território colonial.

Ao longo dos séculos XVI a XVIII, o capital comercial floresceu bastante, mas acabou por subordinar-se ao capital Industrial. Pouco a pouco, a produção passou a ser a esfera em que a acumulação de capital passava a realizar-se; e a circulação transformou-se no momento necessário, mas subordinado do conjunto do processo capitalista de produção (IANNI, 1988, p.35).

Este processo de amadurecimento do capital industrial e o rompimento com a forma básica da gestão do modelo comercial simples (baseado apenas na exploração de recursos) para a transformação de mercadorias no centro do sistema global, precisou transformar-se. A venda de mercadorias apenas para as elites senhoriais dos países subalternos não dava mais conta do desenfreado movimento capitalista, precisava-se, portanto, ampliar o acesso aos bens de consumo, as mercadorias precisavam circular ao maior contingente de pessoas, e o modelo colonial começava a entrar em crise (IANNI, 1988).

Em síntese, a modificação do sistema global de acumulação, possibilitou a transformação significativa do ordenamento capitalista na periferia do sistema produtivo, ampliando, assim, as possibilidades de dominação. Agora a mercadoria produzida no centro global ganha forma e relevo principal na estruturação mundial econômica. Após o fim da escravidão abriu-se uma grande discussão em torno do “problema” do negro no Brasil⁴, pois, junto à abolição do trabalho escravo, a população não-branca era vista como a marca do atraso social, do país ainda arcaico e

⁴Um importante clássico realizado em torno do pensamento social brasileiro, que descreve as principais análises desenvolvidas pelos intelectuais e as elites brasileiras, sobre do “problema do negro” no Brasil, é o trabalho realizado pelo Historiador Thomas Skidmore (2012), Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Neste artigo o autor analisa as teorias racializadas produzidas no período de transição da velha república para o desenvolvimento do Estado Novo.



não competitivo dentro da estrutura capitalista mundial - a ideologia do moderno atingia o pensamento social de forma agressiva.

Vem à tona uma velha forma de dominação, mas nova em seu conteúdo: a ideologia. O atraso acarretado pelo período colonial passou a ser representado pelo negro. A necessidade de impulsionar as mudanças objetivas e econômicas para o estabelecimento do capitalismo global precisava andar de forma rápida, para garantir seu interesse central, o lucro. A partir das análises do sociólogo venezuelano, Edgardo Lander, podemos localizar algumas chaves deste processo.

Em primeiro lugar está suposição da existência de um metarrelato universal que leva a todas as culturas e a todos os povos do primitivo e tradicional até o moderno. A sociedade industrial liberal é a expressão mais avançada desse processo histórico, e por essa razão define o modelo que define a sociedade moderna. A sociedade liberal, como norma universal, assinala o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. Aqueles que não conseguirem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. Em segundo lugar, e precisamente pelo caráter universal da experiência histórica europeia, as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta (LANDER, 2005, p. 13).

Esta construção eurocêntrica, que pensa e organiza uma noção geral de humanidade, coloca o seu ponto de vista como expressão global, dando a linha e ritmo para as demais organizações sociais seguirem, foi a expressão vencedora até os dias de hoje, embasada na acumulação de capital, poder e a exploração do sul global, criaram uma história cultural única, valores próprios e estabeleceram a partir de tantos mecanismos, seus ordenamentos como padrão regulador imperialista superior (LANDER, 2005).

Desta forma, a premissa organizadora que definiu o papel da modernização como força propulsora, capaz de aniquilar os elementos do



atraso, da superstição, das relações arcaicas e inferiores, era a inevitável modernização, construída através do advento da urbanização capitalista. Esta ideologia eurocêntrica é viva até os dias de hoje. Quando associamos as relações econômicas, políticas e culturais do centro do sistema, ainda observamos no *sensu comum* o reforço do atraso local e nacional em comparação à ideal construção europeia ou norte-americana, como portavozes da superioridade. Esta é a mesma ideologia que deu vazão a toda reprodução do racismo científico, que embasou os intelectuais nacionais a construir um projeto de embranquecimento nacional e construiu o imaginário racializado no interior das relações sociais brasileiras.

O sistema capitalista foi o único sistema econômico capaz de chegar à dominação de todo globo, como observamos acima, não foi por mero acaso, as estruturas de dominação e ordem, agiram de forma associada desde a expansão mercantil, com a acumulação primitiva de capital, do capitalismo comercial ao produtivo, do eurocentrismo à racialização da ciência da ordem. Nas colônias foram introduzidas novas ideologias raciais, que iam desde o atraso natural biológico, a determinação histórica de subjugação, a coerção física ao pacto moral ideológico, do controle dos corpos ao ordenamento familiar patriarcal. Toda essa teia de controle e dominação tinha um único e grande objetivo: a garantia do poder econômico, político e social do imperialismo europeu que disputava entre si o domínio global (QUIJANO, 2005).

Em síntese, pode-se observar os esforços das diferentes teorias frente ao tema base constituído neste artigo, que são: a contribuição da análise marxistas, colocando a acumulação de capital primitivo, a colonialidade como modelo econômico e social de dominação, e o salto para o capitalismo industrial, juntamente com o surgimento da teoria da dependência, e a normativa da permanência do ordenamento social dominante, na fase imperialista industrial, marcada até os dias de hoje. Relacionado à ênfase percebida pela Teoria Decolonial nas expressões da perpetuação histórico-social das relações de dominação até os marcos contemporâneos, nos aspectos político, cultural, epistêmico e subjetivos. Desta forma, podemos analisar uma confluência destas teorias na análise dos movimentos que levaram a constituição do capitalismo enquanto sistema dominante.



À Democracia Racial: um projeto desarticulador e de imobilismo social.

210

Absorvemos até agora que a permanência do racismo exige diversas ferramentas de legitimação e recriação de um imaginário social, que permite a criação de características inatas e determinadas, seja pelo aspecto biológico, seja pela “inferioridade social”. Assim, essa base científica do pensamento social dá espaço para uma ampla desigualdade social construída e atribuída aos indivíduos negros. Focaremos na democracia racial como um dos primeiros fatores substanciais deste fenômeno. A partir de 1930, houve uma grande campanha de integração nacional, na perspectiva de romper com a velha república e todo o atraso que ela representava. Diversas medidas foram tomadas nesse período, como o aumento da malha industrial, a formação de um mercado interno, a ampliação da dinâmica institucional estatal, entre outros. Isso possibilitou a construção de diversos discursos que tinham como plano de fundo uma maior unificação nacional (ALMEIDA, 2018).

A democracia racial foi um desses discursos nascentes nesse período, a fim de pôr um tampão na contradição das desigualdades raciais e das análises reforçadas nas décadas anteriores sobre o papel do negro na sociedade brasileira. São absorvidos os elementos econômicos que interpelam o negro brasileiro e coloca um véu assimilacionista de uma falsa diversidade cultural, tornando parte viva da paisagem nacional até os dias de hoje.

O racismo científico foi substituído por uma nova técnica ideológica mais aperfeiçoada, o mito da democracia racial, para Almeida, “O mito consiste em afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional”. Esta ideologia cristaliza-se de forma rápida e dinâmica dentro da realidade social e no pensamento massivo da população. (ALMEIDA, 2018).

O estado brasileiro não é diferente de outros Estados capitalistas neste aspecto, pois o racismo é elemento constituinte da política e da economia sem o qual não é possível compreender as suas estruturas. Nessa vereda, a ideologia da democracia racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante dessa especificidade do capitalismo brasileiro. Portanto, não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações



políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018, p. 142).

Os elementos estruturais são vivos dentro desta representação, demonstrando os diferentes leques que legitimam a reprodução do racismo estrutural, seja os elementos políticos, econômicos ou culturais. Clóvis Moura fará uma análise destacada desse período, apontando para análise estruturante da democracia racial como elemento de barragem da população negra, seja para ascensão ou prestígio social (MOURA, 1988).

Para Moura (1998), o mito estabeleceu uma ponte etimológica entre a miscigenação, um fator biológico, e a democracia, um fator sócio-político. A partir dos valores da miscigenação amplamente reforçados no pensamento social anterior aos anos 1930, a elite contemporânea estabeleceu uma “escala étnica”: quanto mais próximo do branco, o indivíduo seria melhor integrado socialmente, ao passo que o indivíduo que se aproxima do negro, seria repellido pelo meio social. A igualdade democrática, afirmada na miscigenação enquanto mito integrador, realiza o seu contrário, essa ideologia dominante diferencia, hierarquiza e inferioriza os sujeitos não-brancos, por conta disso, nota-se que ao fugir desta realidade polarizada racialmente, os sujeitos negros tentam encobrir sua realidade racial (MOURA, 1988).

Moura é um importante intelectual a ser revisitado, pois ele avança em muitas normativas definidas como assertivas até então. Ele critica a sociologia contemporânea para além dos consensos. Contrasta com o pensamento de Florestan Fernandes (1965), já que afirma que a partir da democracia racial houve reproduções discursivas que colocavam a culpa dos próprios déficits socialmente construídas como inatas dos sujeitos negros, jogando “sobre os segmentos não-brancos oprimidos e discriminados, e do negro em particular, a culpa da sua inferioridade social, econômica e cultural” (MOURA, 1988, p. 64). Sendo esta afirmativa a demonstração crítica dos limites constituídos nesta fase da sociologia brasileira, é importante analisar este processo não como um fim em si mesmo, mas uma necessidade constante de expor cientificamente os limites constituídos no campo e, ao mesmo tempo, reconhecer os avanços periféricos que alguns intelectuais negros constituíram no fazer científico.

Fernandes (1965) diferencia-se de diversos intelectuais que reproduziam os discursos racializados, mas reproduziu teses que ainda responsabilizavam o negro pelo seu próprio destino. Moura (1998), ao contrário, responsabiliza as classes dominantes pela criação de valores



discriminatórios, responsáveis por barrar a emergência de uma consciência crítica negra. Para Clóvis Moura, foram criadas duas bases ideológicas básicas para a estruturação do mito da democracia racial. A primeira foi a afirmação de que houve uma real democratização do acesso e integração dos negros no Brasil, possibilitando o país ser o lugar com maior democracia racial no mundo. A segunda é a tese de que o lugar o qual os sujeitos negros ou não-brancos ocupam, referente às questões econômicas, políticas e culturais, é culpa exclusivamente deles próprios. Outro fator importante ao destacar a obra de Moura, é que muito antes da construção do pensamento Decolonial na América Latina, o autor já conduzia sua pesquisa científica alicerçada nos elementos que estruturam o surgimento desta teoria sociológica contemporânea, surgida no final dos anos 1990.

Outro importante sociólogo que irá destacar estudos sobre as raízes ideológicas do racismo brasileiro será Octavio Ianni, na obra *Escravidão e racismo* (1988). O autor localiza uma estrutura básica na principal obra de Gilberto Freyre, construída através do discurso e perspectiva a qual Freyre ocupava, como senhor da casa-grande. A obra de Freyre (1933) construiu um sistema de justificativas para o surgimento do modelo de democracia racial, organizado pelo estado getulista. Uma dessas justificativas é a representação do sistema escravocrata como um sistema humano para o escravo, sem instabilidades estruturais e funcionando de forma eficaz e próspera para ambos os atores. É interessante notar que o autor não faz menção aos elementos que levaram ao fim do modelo escravocrata (IANNI, 1988).

Além disso, Freyre (1933) evidencia duas conclusões básicas, a primeira é que o patriarcalismo brasileiro criou uma escravatura humanizada, não alienante; e a segunda, que os elementos peculiares, da colonização portuguesa, trouxeram elementos culturais e morais necessários para a integração social.

A fim de elucidar a obra de Abdias do Nascimento, intelectual e político negro, fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN), a partir da sua principal obra, *O genocídio do negro brasileiro* (1978), analisaremos suas principais contribuições relacionada a esta seção. Uma das principais teses da sociologia brasileira contemporânea, fundamentada e bastante utilizada por Guimarães (1999) define a realidade racial brasileira como um universo multirracial ou plurirracial. Abdias (1978) nos anos 1970, define que essa afirmativa de uma realidade plurirracial é falsa, pois a política de mestiçagem homogeniza a diferença e constrói, assim, uma sociedade *unirracial* e *unicultural*. O autor trabalha de forma sistemática com duas categorias



chaves em sua obra, que são *mestiçagem* e *genocídio*, pois ele entende, que o processo de genocídio não se dá apenas pela violência desvelada, mas também, pelo projeto de *mestiçagem programada*, realizada através da democracia racial (NASCIMENTO, 1978).

Abdias (1978) entende que a obra de Freyre (1933) tenta expor internacionalmente um novo modelo de sociedade, fundada na mestiçagem, mostrando a capacidade do estabelecimento civilizatório em uma região tropical. Além de atenuar com eufemismos raciais a realidade brasileira, o uso da categoria *morenidade*, que aparece em toda obra de Gilberto Freyre, era a maior demonstração do processo malicioso de embranquecer a pele negra e a cultura do negro (PEREIRA, 2011).

Ao analisar a estrutura colonial brasileira, Abdias desmente a existência de uma benevolência dos senhores de escravos, defendida tanto pela obra Freyriana quanto pelas demais produções científicas deste período. Primeiro, pelo "contato" sexual dos senhores e as escravas, capaz de criar um ambiente positivado, tanto pela abertura à miscigenação, quanto pelo contato harmônico interracial. E em segundo, a não existência de insurgências, coloca, portanto, que os negros deste período eram subalternos pelo convívio amistoso colonial, o sistema escravocrata desta forma, era considerado um sistema benigno e humano (NASCIMENTO, 1978).

Em *Casa-grande & Senzala* (1933) existe um reforço romantizado da estrutura patriarcal e machista portuguesa, principalmente quando observado o contato sexual entre o colonizador e as mulheres negras e indígenas. Ao romantizar abusos, torna o envolvimento e a "atração" das mulheres nativas e escravizadas como algo natural. A linguagem do livro atenua toda a violência que a colonização infligiu às mulheres latino-americanas⁵.

Moura, na contramão da história oficial, desconstrói com maior profundidade a segunda questão apontada por Freyre, que coloca a passividade do negro escravizado como forma de estabelecimento de uma escravidão harmoniosa. O autor demonstra que o africano no Brasil, do período colonial à abolição da escravatura, consolidou diversas formas de lutas contra a dominação do europeu colonizador, por meio de quilombos, insurreições, guerrilhas, até ações individuais como a fuga e o suicídio. Estas estratégias de luta são exaustivamente tratadas em *Rebeliões da Senzala*

⁵ Referente a questão das mulheres negras e o feminismo negro, ver Gonzalez (1988).



(1959) e *Dialética radical do Brasil negro* (1994). Todos os atos relacionados à revolta escrava foram duramente reprimidos pela coroa portuguesa e brasileira nos diferentes períodos do escravismo, o que evidencia o medo da classe dominante frente às possíveis insurgências escravas (MOURA, 1959).

De volta a Abdias do Nascimento (1978), a ideologia do branqueamento, iniciada desde o abolicionismo, foi seguida na nova investida ideológica produzida no estado novo, pois a elite nacional ao eleger o “mulato” como símbolo nacional, estabelece um ordenamento básico da democracia racial, e para o autor esse processo levou a branquificação sistemática do povo brasileiro. Nascimento (1978) vai além das teorias que ligam o embranquecimento a partir da miscigenação, com um grau relativo de ascensão social, pois para ele, o “mulato” passa a ocupar o mesmo patamar de equivalência que o negro em território brasileiro, já que ambos serão vítimas do desprezo, dos preconceitos, e dos cercamentos sociais causados pela sociedade brasileira institucionalmente branca (NASCIMENTO, 1978).

Além disso, o processo final desta ideologia do branqueamento tinha como finalidade a supressão dos meios para identificação racial das comunidades negras, a perda dos traços culturais africanos, e a aculturação desses elementos, levados como símbolos nacionais de uma cultura majoritariamente enviesada pelo elemento branco. Segundo o autor, as relações capitalistas levariam a um tipo de *imperialismo da brancura*, que carregam junto a si, bases conceituais de dominação, como a assimilação, a aculturação e a miscigenação, que velam sob a superfície teórica da crença na inferioridade dos africanos e seus descendentes (PEREIRA, 2011).

Nascimento (1978) afirma que o processo organizado pelo ordenamento social foi arquitetado de forma racionalizada, para atingir diretamente o elemento negro, definido, portanto, como genocídio das populações não-brancas e desenvolvido por uma intelectualidade brasileira, responsabilizando cientistas sociais como defensores dos mitos. O autor escreve em um período marcado pelas contradições raciais evidenciadas na ciência tradicional, ocupa um espaço enquanto intelectual negro ligado a uma militância política, prática e sociológica, seus argumentos são focalizados nos sujeitos negros e no diagnóstico das relações unirracionais brasileiras. O *Genocídio do negro brasileiro* (1978) torna-se um clássico em nosso campo, pois levanta um debate que ainda custa muito caro a todo um grupo social.



Existe em nossa produção científica brasileira um apagamento de obras e autores importantes que pensaram a realidade social do país. Destaquei neste seção especificamente dois destes intelectuais negros que passam estruturalmente pelo esquecimento científico de suas contribuições, esquecimento este organizado tanto pelo epistemicídio racializado e também, pela colonioalidade do saber. A importação de teorias estrangeiras nas ciências sociais é datada desde o colonialismo brasileiro e no contemporâneo esse processo não é diferente. Arrisco-me a afirmar que mesmo em produções brasileiras associadas ao “giro decolonial” ou a uma perspectiva crítica das construções racializadas no Brasil, pouco aparecem os autores destacados nesta seção. As contribuições de Moura foram esquecidas nas ciências sociais brasileiras, apesar de ser um autor que se vincula aos estudos sistemáticos do colonialismo, do imperialismo e das contradições capital-trabalho, privilegiando a situação dos sujeitos negros e negras inseridos nesta estrutura social. Em um balanço bibliométrico dos artigos apresentados nos últimos três Congressos Brasileiros de Sociologia (CBS), no grupo de trabalho dedicado ao tema étnico racial, Abdias do Nascimento teve apenas uma citação e Clóvis Moura nenhuma vez foi citado (MÜLLER, 2020).

Na próxima seção darei ênfase na análise macroestrutural da produção do racismo, focalizando as bases gerais que o constituem enquanto regra social, focalizada no ordenamento de classe com suas bases econômicas, políticas e culturais – aprofundando o debate sobre as contribuições do Marxismo, da Teoria da Dependência e da Teoria Decolonial, do ponto de vista econômico-social.

Imperialismo, Eurocentrismo e o Capitalismo Dependente

A Teoria da Dependência é uma teoria desenvolvida nos anos 1970 principalmente pelos autores brasileiros Ruy Mauro Marini (1973) e Theotônio dos Santos (1976), tendo como base a crítica às tradições eurocêntricas do campo econômico e social. Essa teoria busca desenvolver uma interpretação do desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina que passavam pelo processo de industrialização, acreditando que estes apresentavam características particulares.

Ao analisar a América Latina, a Teoria da Dependência identifica uma economia voltada ao imperialismo europeu; o que tornou possível o surgimento da grande indústria na Europa a partir da acumulação primitiva



de Capital. Não entraremos na discussão de fundo sobre esta teoria, localizada principalmente nos autores citados acima, sendo assim, realizaremos a discussão embasada no que foi apropriado dessa teoria pelos autores destacados neste ensaio.

Em Moura (1994), é possível notar a relação de dependência da colônia brasileira ao pacto colonial português fechado, e, após a independência, a subjugação do Império brasileiro ao Imperialismo Inglês, este que já dominava boa parte do globo a partir do controle político e econômico. As relações servis e escravistas que foram desenvolvidas no interior do continente americano fizeram parte de um projeto colonial organizado pelo capital mercantil, em um processo de acumulação primitiva europeia. Os países latino-americanos passaram a produzir e exportar bens primários e importar produtos manufaturados das metrópoles comerciais dentro do comércio triangular.

Moura (1983) afirma que o capitalismo dependente presente na América do Sul, em específico no Brasil, é marcado pela ampliação da exploração da classe trabalhadora. Além da não acumulação interna de Capital e a subjugação do mercado interno, essa configuração acarreta impactos sociais gigantescos na reprodução da vida social da população, ampliando as misérias e a exploração da força de trabalho (MOURA, 1983).

Nessa esteira, Florestan (1968) faz relação entre a questão racial e a situação de economia dependente afirmando que:

A integração das classes desfavorecidas mediante a generalização da modernidade no espaço nacional exigiria um progresso econômico excepcional que permitisse absorver a "marginalizados do sistema" ao setor moderno, condição que extrapola a própria condição de capitalismo dependente. A esta parcela da população negra, seguindo-se a "ordem natural das coisas", resta apenas a autonegação sob a forma de processos migratórios, penetração no mundo urbano, etc. No mais, tal contingente acaba se mostrando altamente funcional à manutenção da (des)ordem estabelecida, pois a apropriação capitalista ocorre pela superexploração do trabalho e exclusão da massa despossuída da participação socioeconômica, condições básicas para a acumulação de capital e repartição do excedente nacional com os setores dominantes internos e externos (FERNANDES, 1968, p. 112).



Fernandes ainda caracteriza qual é o papel da Burguesia Autocrática na situação de capitalismo dependente. Além da subjugação à ordem imperialista, descreve algumas outras ações importantes do seu papel na organização e preservação do *status quo*:

Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (FERNANDES, 1968, p. 83-84).

Clóvis Moura (1983) utiliza a Teoria da Dependência para localizar a situação do negro nessa relação Capital-Trabalho. As misérias sentidas pela classe trabalhadora brasileira, relacionadas com a economia capitalista periférica e dependente do Brasil na divisão e organização social, faz dos(as) negros(as) a população mais atingida por essa relação, pois garante assim a reprodução de uma maior espoliação do trabalho. Articulado com os diversos processos produtivos da vida econômica do Brasil, da colônia ao império, do capitalismo ao imperialismo, os negros foram os mais atingidos pela lógica econômica, social e política da organização do Estado. Moura torna evidente a relação entre economia dependente e a marginalização do negro:

Essas sociedades poli-étnicas, como a brasileira, de capitalismo dependente, são altamente competitivas nos seus pólos dinâmicos e altamente marginalizados nas suas grandes áreas gangrenadas. Ao mesmo tempo, recebem o impacto estrangulador do imperialismo e são por ele condicionadas. Desta forma, as sociedades como a brasileira tiveram a sua trajetória histórica assinalada pela formação de dois modelos básicos que se sucederam diacronicamente: o escravista, dominado pelo sistema colonialista e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista (MOURA, 1983, p. 133-134).



Moura consegue evidenciar a relação da estrutura econômica, política e cultural dominante com a organização social que era sentida e vivenciada pelas comunidades negras no interior do Brasil. A articulação entre colonialismo,⁶ escravidão, capitalismo e imperialismo é importantíssima, remonta e explicita os efeitos que atingem os(as) negros(as) no cotidiano social brasileiro. Não compreender esses elementos em articulação levaria a uma produção acadêmica superficial que analisa o objeto apenas em sua aparência. Articular a situação de dependência econômica e seus efeitos na lógica social brasileira ajuda a remontar peças importantes do pensamento social brasileiro.

Fernandes (1975) nos ajuda nessa reordenação e caracteriza a burguesia brasileira dentro do contexto de capitalismo dependente como uma burguesia tradicional, provinciana e com interesses patrimonialistas bem definidos. O autor afirma que as elites acabam por não concretizar nem seus interesses de classe, nem os interesses da nação, afirmando-se enquanto classe apenas no plano econômico, incapaz de viabilizar o rompimento com o passado e a eliminação dos vínculos de subordinação no âmbito internacional. Relacionando o moderno com o atrasado, a ordem social constituída pela burguesia brasileira no capitalismo dependente se mostra incapaz, assim, de liderar a modernização econômica global e promover a integração nacional. Isso demonstra não só a incapacidade desta classe em promover e ampliar melhorias sociais, como demonstra a fissura aberta do gigantesco abismo da desigualdade social brasileira. Evidência desse processo é o termômetro social da situação do negro na sociedade de classes brasileira, demonstração de como ainda é viva essa situação tanto de espoliação, como de estagnação e marginalização social, cercado uma população inteira destinada a viver com as migalhas (FERNANDES, 1975).

No presente artigo, acabei não entrando nas polêmicas e divergências epistemológicas e ideológicas que circulam a teoria marxista e a decolonial, privilegiei a análise de contribuição interpretativa dos aspectos sociais que aproximam ambas as teorias. Mesmo assim, se faz necessário entrar em algumas contradições analíticas que possibilitam expandir nossa discussão principalmente para ampliar a possibilidade de aproximação destas teorias

⁶ Um importante intelectual a ser citado, que desenvolveu uma complexa obra de articulação do colonialismo com as estruturas capitalistas em desenvolvimento no Brasil, foi Jacob Gorender, nas obras *Escravidão Colonial* (1988) e a *Escravidão reabilitada* (1990), onde o autor faz um balanço importante da historiografia hegemônica deste período.



sociais. Neste ensaio aproximei tanto as contribuições de intelectuais negros quanto as de teóricos decoloniais com as categorias de análise desenvolvidas por autores associados ao marxismo. A autora Ballestrin (2017), ao fazer um balanço histórico entre a teoria marxista com a decolonial, afirma algumas questões analíticas importantes a essa seção. A teoria decolonial privilegia em seu núcleo teórico estruturante os elementos da colonialidade do poder, do saber e do ser, estes que foram desenvolvidos principalmente pelo advento da modernidade eurocentricamente organizada. Ballestrin (2017) afirma que existe uma secundarização racionalizada a qual privilegia os aspectos do desenvolvimento da modernização, principalmente a colonialidade em detrimento dos aspectos organizadores do imperialismo capitalista global.

Sendo assim, as interpretações do colonialismo enquanto modelo que organiza os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e subjetivos estão alicerçadas principalmente na égide do eurocentrismo desenvolvido pela modernização burguesa da estrutura social. Ballestrin (2017) coloca que a análise geral dos autores orientados pelo “giro decolonial” secundariza os aspectos imperialistas deste desenvolvimento dando peso à colonialidade e não aos interesses sociais e econômicos deste processo macroestrutural da imperialidade.

Mas é justamente o aparecimento deste vocabulário que demonstra a subexploração e o subdesenvolvimento da ideia de imperialidade. Diferentemente da extensão e da proliferação do conceito de colonialidade, não existe uma produção sistemática que a acompanha. Daí que uma imperialidade do poder, do ser e do saber não foram trabalhadas e que a ideia de descolonização não pressupõe uma desimperialização. A explicação de como a colonialidade é reproduzida não consegue ser demonstrada porque prescinde de uma força correspondente que a estimule e a perpetue, podendo sugerir, se não espontaneidade, uma ausência de atenção que enfraquece o alcance explicativo de como a colonialidade global é formada, quais são seus agentes, para que serve e a quais interesses precisos está servindo (BALLESTRIN, 2017, p.520).

É certo afirmar a existência de inúmeras divergências e críticas desenvolvidas pelos principais autores da teoria decolonial ao marxismo, uma parte das divergências está reduzida nas negações ao marxismo por ser



uma teoria desenvolvida temporalmente na modernidade. Pouco percebem os deslocamentos de autores marxistas que não negaram as estruturas coloniais em sua análise, além disso, reforçaram em sua perspectiva teórica as estruturas raciais e a análise sobre a população subalterna inserida nas estruturas de poder sulamericanas ou desenvolvida no neocolonialismo mundial, seja ela organizada no colonialismo ou na atualização imperialista do sistema capitalista global. Existem inúmeros intelectuais, que possuem importantes contribuições analíticas na tentativa de superar a dominação burguesa no imperialismo sul-global, que acabam sendo esquecidos ou incorporados sem as devidas lembranças, exemplos latinos que vão desde José Carlos Mariátegui, Ruy Mauro Marini, Octavio Ianni, Clóvis Moura, além de exemplos de outras regiões atravessadas pela dominação capitalista como o caso de Frantz Fanon, Antonio Gramsci, Kwame Nkrumah, entre outros.

Na próxima seção, irei analisar como ocorre a integração desigual e combinada do negro no modelo capitalista contemporâneo.

A integração do Negro no Mercado de Trabalho.

Em *Raças e classes sociais no Brasil*, Octavio Ianni (1972) analisa a relação racial atribuída à expansão econômica industrial estadonovista, relacionando a estrutura racial com a integração do negro no mercado de trabalho. Já havíamos iniciado no começo do artigo o diálogo em torno da relação econômica que possibilitou o surgimento do trabalho livre no Brasil. Ianni absorve as questões históricas que permitiram o fim da escravidão, e se depara com um novo problema de pesquisa, a nova racionalidade *estamental*, que se levanta com o advento da república. Diferente de Florestan (1965), Ianni analisa a particularidade percebida no fim dos anos 40 e início dos anos 50 do século anterior, onde após a estruturação produtiva do Estado Novo, abrem-se novas relações de trabalho diretamente associados aos negros brasileiros.

Buscarei elencar, a partir de Ianni (1972), as principais relações capital-trabalho induzidas na produção capitalista em associação à população negra. Para o autor, o negro, ao passo que se torna cidadão, é absorvido de forma insuficiente enquanto trabalhador nacional, pois não consegue ser assimilado como tal, por conta de toda estrutura racial presente no imaginário social. Ele não se torna um homem livre, pois seu status ainda está reservado a um quadro de alienação, tanto na lógica do trabalho



quanto no reconhecimento enquanto cidadão. Ianni afirma que, ao se ver, em liberdade, as primeiras gerações de negros não estavam em condições de liberto, pois seus atributos psíquicos e socioculturais estavam ainda reservados ao confinamento do trabalho forçado (IANNI, 1972).

Assim como Moura (1994) e Fernandes (1965), Ianni (1972) conclui que a mudança estrutural econômica realizada no fim do modelo escravagista e no início da república brasileira, não foi acompanhada de mudanças estruturais revolucionárias da ordem econômica e política. O Estado ainda estava confinado a uma elite aristocrática rural, com valores ainda localizados no trabalho forçado. Esse processo levou a cabo o reforço do pensamento social, ainda embasado nos princípios escravagistas: o homem branco se via enquanto senhor, e a estrutura do ordenamento social ainda definia o ex-escravo enquanto um sujeito inferior e atrasado. Essa lógica econômica, política e cultural forçou a comunidade negra a viver na margem social.

O sistema capitalista, assim como o modelo escravocrata, necessita de bases ideológicas de sustentação. Marx (1984) aponta para diversos mecanismos que garantem a produção e a reprodução de mercadorias e a lógica estrutural de compra e venda da força de trabalho. Dessa forma, como aponta Ianni, a sociedade continua seccionada em camadas sociais hierarquicamente distribuídas. Nesse universo, a ideologia dos grupos dominantes continua marcada por uma condição básica, tanto no aspecto das classes sociais, quanto das ideologias racializadas construídas a partir do escravismo brasileiro (IANNI, 1972).

Para Ianni, o preconceito contra o negro assumirá configurações complexas, que solidificam a distinção hierárquica dos grupos sociais. Classe e raça já eram articuladas desde o escravismo (MOURA, 1994). No seu modelo, a categoria classe pode ser percebida na divisão entre senhor e escravo, dentro dessa lógica conceitual, podemos localizar esta mesma relação que aprofundando-se na estruturação produtiva nacional, e a nascente república capitalista. A complexidade que agora interpela os sujeitos negros, a partir dessa relação entre o racismo e dominação estrutural capitalista, não só afeta de forma econômica, mas ideológica e culturalmente de toda uma comunidade (IANNI, 1972).

Ianni (1972) introduz um novo elemento em sua produção intelectual, analisando a partir dos anos 1940, um novo ciclo das relações raciais brasileiras, após implementação industrial mais significativa no Brasil, no desenvolvimento produtivo estadonovista, a construção de um relativo



mercado interno e a introdução de bases ideológicas de integração nacional, induzido particularmente pelo nacionalismo e a democracia racial, pode se observar uma nova fase da era do capitalismo industrial brasileiro. O negro passa a ser integrado ao sistema econômico, principalmente pela explosão da urbanização, pelo fim dos grandes contingentes migratórios europeus, que cessam após início da segunda Guerra, pela expansão das atividades produtivas, pela ampliação da divisão do trabalho, e pela criação de atividades secundárias e terciárias. Mesmo assim, o lugar do negro ficou reservado às camadas inferiores da sociedade, acessando principalmente os trabalhos mais precários e com menos competição entre brancos (IANNI, 1972).

Ao converter-se em cidadão, e posteriormente em proletário, o negro conheceu, de modo brutal, a condição alienada da liberdade que lhe foi oferecida. O negro foi integrado à lógica capitalista, dentro de uma determinada base estrutural, subjugado às piores condições de emprego, moradia, saúde e educação. Tal situação condiciona os negros e negras a uma estratificação⁷ social fechada. Entender os processos sociais e históricos aos quais os grupos negros estão determinados, por um ordenamento social, que abre poucas brechas de superação dos elementos sociais, econômicos e culturais, não pode ser feito de forma distanciada da história, pois os elementos estruturais transbordam para diversas evidências de desigualdade, mantidos pelas bases já trabalhadas do pensamento social.

Moura (1983) afirma a existência dessa *franja marginal* negra, condicionada pela estrutura das relações sociais de trabalho brasileiras. Almeida (2018), junto a outros intelectuais marxistas, entende o racismo como uma lógica de organização da reprodução do trabalho material:

Poder-se ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do

⁷ Ver em Carlos Hasenbalg, desenvolveu uma importante contribuição na relação entre desigualdade e estratificação social nos marcos das relações raciais brasileiras. em seu livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979).



trabalho ocorre especialmente na chamada periferia, onde em geral o capitalismo se instalou sob a lógica colonialista. O racismo, certamente não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista (ALMEIDA, 2018, p. 135).

Um exercício importante enquanto pesquisador negro, é o de localizar, tanto as bases nacionais que impõem este ritmo econômico e social, mediado pelas desigualdades, quanto abrir brechas para as compreensões que localizam as relações de subordinação e dependência da economia nacional brasileira. Em relação ao que foi levantado até então, analisaremos agora como esse processo é organizado por alguns intelectuais da teoria Decolonial.

A teoria Decolonial apontada por Aníbal Quijano (2005), anda de forma paralela ao que já foi expresso nos subcapítulos anteriores, no que diz respeito à expansão do capitalismo em relação direta à colonialidade, definindo-o como o único sistema econômico global capaz de tornar-se a engrenagem de todas as formas do controle do trabalho e seus produtos. Outra relação importante que podemos realizar junto a teoria marxista apresentada acima, com a contribuição de Quijano, é que os dominadores coloniais, ou seja, a burguesia nacional, desde seu surgimento, foi organizada dentro da divisão internacional do trabalho, como sócios menores da burguesia europeia. Desta forma, aponta que o estabelecimento da organização econômica em quase todos os países latinos apresenta uma mesma característica: a dependência desigual e subordinada das bases econômicas expressas desde o período mercantil (QUIJANO, 2005).

Neste sentido, Fernando Coronil (2005) tenta localizar as expressões diretas do neoliberalismo nas atualizadas relações capital-trabalho. Coronil (2005) afirma que o capitalismo neoliberal chegou em uma fase latente de dominação econômica e social nos países de economia dominada, a partir do processo de internacionalização industrial, na qual transfere e exporta plantas industriais, desnacionaliza e privatiza as indústrias nacionais, captura a fuga de cérebros dos países dominados, intensifica os fluxos de migração, pressiona a privatização econômica de serviços públicos nacionais, entre diversas outras intervenções econômicas realizadas nas economias sul-globais, caracteriza como um “*strip tease*” do Estado dominado.

O autor afirma que, de longe, esse processo pode parecer uma regressão às formas de controle colonial, baseadas na exploração primária



de produtos e da força de trabalho de baixo custo; mas, de perto, conseguimos capturar alguns elementos vivos desta lógica de dominação e centralização econômica, a partir das novas tecnologias, e que o novo sistema geopolítico de controle, exprime para os Estados colonizados, uma lógica liberal clássica, de dismantelamento do controle estatal, principalmente quando analisada a circulação de mercadorias estrangeiras. Além, ainda, de aperfeiçoar as formas de dominação e submeter economias ao seu ritmo, com a clássica modernização das economias subdesenvolvidas e os projetos de desenvolvimentos regulados pelas normativas internacionais, sejam os bancos, o controle político dos blocos econômicos, ou simplesmente pela normalização cultural ocidental, que esconde a relação direta de dominação (CORONIL, 2005).

O imperialismo se reinventa e reconstrói a partir das técnicas de dominação já acumuladas, recriando estruturas de subjugação. Ao redescobrir a pobreza, no pós-guerra, houve um novo surto de intervenção econômica mundial, na ânsia de "contribuir" para o desenvolvimento econômico de países "subdesenvolvidos", exportam empresas, constroem e centralizam os meios de circulação de mercadorias, acarretam novos mercados internacionais de disputa, aumentam o investimento financeiros e a dívida pública das economias dominadas. Absorvem a premissa organizadora, na crença do papel da modernização como única força capaz de acabar com as relações arcaicas, criando o único caminho possível para o capitalismo e o reforço da normativa organizadora dos países centrais.

Conclusão

Ao colocar em associação as teorias constituídas por uma intelectualidade negra, firmada em uma produção crítica da realidade racializada, as análises marxistas nacionais e a contribuição da recente teoria Decolonial, pretendi evidenciar os elementos concretos e objetivos da complexa teia social na qual estamos integrados. Levantar grandes questões localizadas em uma estrutura macrossocial possibilita compreender algumas bases fundamentais que constituem a realidade social moderna. Neste ensaio, ao desenvolver uma ampla discussão, no formato de articulação das teorias selecionadas, tentei localizar os pequenos fragmentos dos elementos econômicos, políticos e sociais que possibilitam uma compreensão mais detalhada sobre o objeto destacado. Concluo que tais teorias não se excluem; pelo contrário, possuem uma importante potencialidade de



contribuição entre si, em uma perspectiva de superação dos ordenamentos raciais, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou ideológicas.

Destaco ainda, o cuidado para não cairmos em essencialismo de uma realidade pré-colonial, quando analisada a necessidade de urgência de uma descolonização do corpo e mentes dos sujeitos interpelados pela lógica capitalista mundial. A conexão entre a teoria marxista, a decolonial e a intelectualidade negra, é uma chave importante para a superação do sistema que globalmente explora, mata, oprime e garante os abismos das desigualdades de toda uma população subalternizada. Sendo assim, o imperialismo, a colonialidade e o racismo são faces obscuras da modernidade, e, para tanto, evidenciou a necessidade de calibrar nossas bases teóricas e análises dos processos sociais que desenvolvem todas as mazelas sociais à população negra e ao conjunto dos subalternizados pela estrutura de classes.

Por fim, este ensaio buscou trazer das teorias sociais, uma nova ótica, a construção do debate racial brasileiro, articulando posições que muitas vezes são vistas de forma desarticulada. Voltar à intelectualidade negra, possibilita interpretações vivas da organização racial do sistema capitalista dependente do Brasil. A retomada aos clássicos torna-se um movimento importante, trazendo aqueles que já são cátedras da nossa produção acadêmica, mas, principalmente, a retomada de intelectuais e obras marginalizados da produção científica nacional, fato que evidencia o atraso a ser superado para uma produção séria, responsável e firmada nas transformações políticas e econômicas colocadas a nossa geração.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio Luis de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento. 2018.
- BALLESTRIN, L. "Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial". *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.
- CORONIL, F. *Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo*. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.
- DOS SANTOS, T. *Imperialismo y Dependencia*, Era, México, 1978.



- FARIAS, M. Clóvis *Moura e o Brasil: Um ensaio crítico*, 1º ed. São Paulo: Editora Dandara, 2019.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: USP, 1965.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 1988 (1933)
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano, *Revista Isis Internacional*, vol. IX, 1988.
- GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática/Secretaria de Estado da cultura, 1990.
- _____. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ática/Secretaria de Estado da cultura, 1988.
- GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34. 1999
- HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1979
- IANNI, O. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber – Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais. 2005
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1973.
- MARX, K. *O Capital*, Volume I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural. 1984
- MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita. 1994.
- _____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática. 1988.
- _____. *Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo*. São Paulo: IBEA. 1983.
- _____. *Rebeliões da senzala*. 1986 (1959)
- MÜLLER, H. Raça e Racismo na Sociologia Brasileira Contemporânea: uma Análise Bibliométrica dos Congressos Brasileiros de Sociologia. 44º encontro nacional anual da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS. São Paulo. 2020



NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PERREIRA, A. *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*, dissertação PPG em Sociologia UFRGS. 2011

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina, em Edgardo Lander (org.), *Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, CLACSO, pp.201-246. 2005.

SEVERINO, A. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2013.

SKIDMORE, T. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

227

Recebido em 13 out. 2020 | aceite em 16 dez. 2020.

